

O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista*

MPLA and government: between marxist progressive-internationalism and liberal nationalist-pragmatism

El MPLA y el gobierno: entre el internacionalismo progresista marxista y el pragmatismo liberal-nacionalista

Nuno de Fragoso Vidal**

Resumo: Este texto apresenta uma análise da política angolana desde a independência aos nossos dias partindo de duas posições políticas contrárias que influenciaram de sobremaneira o percurso do país no pós-independência e que permitem compreender não só as disputas em curso como as políticas e estratégias seguidas. São contrastadas as posições caracterizadas como de pragmatismo nacionalista de matriz liberal e internacionalismo progressista de matriz socialista-marxista, seguindo critérios de

* Pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT). Não obstante a responsabilidade pelas ideias e argumentos aqui expressos caberem em exclusivo ao autor, este texto beneficiou dos comentários, sugestões e críticas dos *referees* anônimos da revista de *Estudos Ibero-Americanos* a quem agradeço, para além dos sempre valiosos e úteis comentários do colega e amigo Marcelo Bittencourt. A elaboração do texto se beneficiou essencialmente de duas fases distintas de pesquisa de campo, sendo uma delas mais antiga e realizada nos idos anos de 1997-1998, com inúmeras entrevistas a personalidades diretamente participantes em muitos dos eventos aqui analisados, e uma outra fase mais recente de pesquisa de campo realizada em setembro-outubro de 2015 no âmbito de um outro trabalho de pesquisa, com cerca de duas dezenas de entrevistas encetadas com membros de partidos políticos angolanos, jornalistas, membros da administração central do Estado e vários académicos e analistas da situação político-económica angolana. Faz-se ainda recurso a duas entrevistas e conversas pessoais realizadas entre agosto e setembro de 1994 com Carlos Dilolwa.

** Pesquisador angolano na área dos Estudos Africanos (Ciência Política/História da África).
<nunofragosovidal@gmail.com>

ideologia influenciando a gestão política, economia política e política externa. A análise identifica a matriz que, embora sob diversas roupagens, discursos e protagonistas, apresenta uma coerência de médio e longo-prazo e uma linha orientadora do percurso político-econômico trilhado pelo partido no poder desde 1975. O trabalho estrutura-se em duas grandes partes, historicamente sequenciais, sendo a primeira dedicada ao enquadramento do tema e suas implicações políticas ao longo da presidência de Agostinho Neto (1975-1979) e a segunda abarcando a muito mais longa administração de Eduardo dos Santos, desde 1979 aos nossos dias, passando por diferentes contextos nacionais e internacionais ao longo dos anos.

Palavras-chave: Angola; política; governação; ideologia; história política do pós-independência

abstract: This paper presents an analysis of Angolan politics since independence up to nowadays from two opposite political standings strongly influencing the post-independence path of the country, explaining not only the disputes at stake but also the policies and strategies adopted. This paper contrasts the positions characterized as liberal national-pragmatism and Marxist progressive internationalism, according to criteria of ideology influencing political management, political economy and foreign policy. The analysis identifies the matrix which, although under different camouflage, discourses and actors, presents a medium and long-term coherency and a guiding line for the political-economy path followed by the party-in-power since 1975. The work is structured in two major parts, historically sequential, the first focused to introduce the theme and its political implications over the administration of Agostinho Neto (1975-1979), while the second is dedicated to the much longer administration of José Eduardo dos Santos, from 1979 up to nowadays, going through different international and national contexts over the years.

Keywords: Angola; politics; governance; ideology; post-independence political history

Resumen: En este trabajo se presenta un análisis de la política de Angola desde la independencia hasta nuestros días a partir de dos posiciones políticas contrarias que afectaron en gran medida el camino del país en la post-independencia y nos permiten comprender no sólo las disputas en curso con las políticas y estrategias seguidas. Son contrastadas posiciones caracterizadas como de matriz nacionalista pragmatismo liberal y el internacionalismo progresista de la matriz socialista-marxista, siguiendo los criterios de la ideología que influyen en la gestión de la política, la economía política y la política exterior contrastados. El análisis identifica la matriz, aunque bajo diferentes formas, discursos y protagonistas, presenta una consistencia a medio y largo plazo y un guía del camino político-económico tomado por el partido en el poder desde 1975. El trabajo se estructura en dos grandes históricamente partes secuenciales, la primera dedicada al tema del medio ambiente y sus implicaciones de política más de la presidencia de Agostinho Neto (1975-1979) y la segunda respecto a la administración mucho más larga de Eduardo dos Santos, desde 1979 hasta la actualidad, pasando por diferentes contextos nacionales e internacionales a lo largo de los años.

Palabras clave: Angola; política; gobernación; ideología; historia política del posindependencia

Este texto apresenta uma análise da política angolana desde a independência partindo da perspectiva de duas posições políticas contrárias que influenciaram de sobremaneira o percurso do país no pós-independência e que permitem compreender de forma estruturada as disputas em curso, as políticas e estratégias seguidas.¹ Decidimos aqui caracterizar estas posições como de pragmatismo nacionalista de matriz liberal versus internacionalismo progressista de matriz socialista marxista, seguindo os critérios de Wallerstein para definir este tipo de posições divergentes em África no pós-independência, em função de três critérios e áreas principais de expressão: ideologia influenciando a gestão política, economia política e política externa (WALLERSTEIN, 1971).

Em Angola, depois da independência, algumas das históricas clivagens dos segmentos de elite no seio da aliança M'Bundu/Creolo que caracterizam o núcleo central do MPLA (que não cabem aqui analisar em maior detalhe)², irão se expressar e cristalizar politicamente no que consideraremos como alas partidárias opostas, com especial visibilidade nos órgãos de direção do partido, entre os mais próximos e indefectíveis apoiantes do primeiro presidente, Agostinho Neto.

As aqui referidas alas partidárias opostas devem ser entendidas como quaisquer outras classificações sociopolíticas utilizadas em Angola; particularmente úteis para explicar e compreender importantes divergências e lutas políticas que em grande medida determinaram o curso das orientações da governação no pós-independência, mas não exclusivas e em constante dinamismo e transformação ao longo do tempo, adaptando discursos e apresentando novos protagonistas em função da evolução do contexto nacional e internacional. Constata-se o progressivo domínio dos princípios e posições da ala pragmático-nacionalista que, em diferentes contextos internacionais e nacionais, se vão afirmando de forma esmagadora ao longo do tempo, especialmente com a transição para o multipartidarismo e economia de mercado em 1990 (num contexto de fim da guerra fria e derrota ideológica do Bloco de Leste) e, sobretudo, depois do fim da guerra civil em 2002, com a

¹ Não se tratando de um texto introdutório à realidade política, econômica, social e histórica angolana, deixaremos indicações bibliográficas onde poderão ser aprofundados conhecimentos de enquadramento naquelas áreas, que embora úteis para uma melhor assimilação do argumento e das discussões aqui apresentadas não caberiam aqui desenvolver pela redundância que significaria tratar assuntos já amplamente trabalhados e divulgados em trabalhos de vários autores referenciados e pela falta de espaço num texto deste âmbito.

² Para uma análise e caracterização aprofundada daquelas clivagens ver, entre outros (MESSIANT, 2006; BITTENCOURT, 1999; 2008).

assunção desinibida do capitalismo e da internacionalização do capital acumulado, em especial depois das eleições de 2012.

A análise apresentada segundo estes parâmetros permite identificar um fundo comum de princípios, uma matriz que, embora sob diversas roupagens, discursos e protagonistas, apresenta uma coerência de médio e longo-prazo e uma linha orientadora do percurso político-econômico trilhado pelo partido no poder desde 1975.

Nestes termos, a explanação do trabalho encontra-se estruturada em duas grandes partes, historicamente sequenciais, sendo a primeira dedicada ao enquadramento do tema e suas implicações políticas ao longo da presidência de Agostinho Neto e a segunda abarcando a muito mais longa administração de Eduardo dos Santos, desde 1979 aos nossos dias, estando basicamente subdividida em quatro grandes períodos. O primeiro destes períodos será de afirmação pessoal do novo presidente (1979-1982), o segundo de efetivação do seu domínio absoluto sobre todo o aparelho clientelar/patrimonial (1982-1985), o terceiro marcado pela longa transição econômica e política (1986/87-2002/08) e o quarto (de 2002/08 à atualidade) podendo ser subdividido em duas fases – uma primeira até 2014, caracterizada pela consolidação constitucional do poder político e consolidação do poder econômico das elites dirigentes no seio do MPLA, passando da consolidação interna para uma estratégia de internacionalização; uma segunda, de 2014 em diante, onde a estratégia anterior vai ser colocada perante novos desafios e pressões político-econômicas internas e internacionais, num contexto de baixa do preço do petróleo e de novo processo eleitoral previsto para 2017.

Agostinho Neto e as duas alas partidárias

Ainda que em Angola a gênese do confronto entre as duas alas partidárias possa ser intuída em diversos discursos, por vezes contraditórios, nas disputas no seio da direção do ainda movimento nacionalista (antes da independência), a sua clara afirmação surge somente depois da independência. Consolidada a liderança de Agostinho Neto, esmagando as ameaças à sua direção com a brutal purga partidária e posterior “movimento de retificação” do partido, que se segue à tentativa de golpe de Estado *Nitista* de 27 de maio de 1977, as divergências e os conflitos entre duas alas do partido tornar-se-ão progressivamente mais visíveis.³

³ Para um aprofundamento acerca do movimento de retificação partidária ver (VIDAL, 2006); para uma abordagem do golpe de 1977 ver (BIRMINGHAM, 1978).

Estes conflitos emergem em pleno durante as preparações para o I Congresso em finais de 1977, após uma luta direta entre as duas posições sociopolíticas de princípios contrários que vinham se cristalizando desde a independência no interior do BP (Bureau Político) e do CC (Comitê Central), principais órgãos de gestão e administração política do sistema socialista.

A ala progressista-socialista (cujos membros mais proeminentes incluíam nomes como Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto) defendia uma progressão firme rumo ao Socialismo. Em termos de economia política, advogavam uma luta cerrada contra as chamadas práticas contrarrevolucionárias, como o mercado negro, o absentismo, o desvio da produção e o não cumprimento das metas de produção, assim como uma maior cooperação política e econômica com ditos países progressistas internacionalistas do Bloco de Leste, especialmente Cuba e URSS. Esta posição era liderada por Carlos Dilolwa (ministro do plano e segundo vice-primeiro ministro).

Em termos de gestão política, defendiam um sistema determinado por critérios ideológico-revolucionários progressistas-internacionalistas, onde as posições estratégicas de topo do partido/Estado deveriam ser ocupadas por uma vanguarda versada na teoria marxista-leninista, empenhada na construção do Socialismo.⁴ Rejeitavam qualquer critério de peso demográfico (nacionalista) na aliança M'Bundu/Creolo no seio do MPLA, rechaçando as pressões da ala pragmática-liberal por uma base negra M'Bundu do poder (essencialmente da região de Catete, de onde eram originários Mendes de Carvalho, figura de referência da ala pragmática-liberal, e o próprio Agostinho Neto).⁵ Ainda que possamos respeitar a possibilidade de honestidade ideológica desta posição, não podemos ignorar o fato de que servia igualmente os interesses do segmento sociocultural dos seus proponentes no seio do partido, *i.e.* apesar do menor peso demográfico deste segmento de elite, regra geral mais assimilado/aculturado e mestiço, o seu relativamente mais elevado nível educacional e preparação ideológica asseguraria a sua primazia política num partido de vanguarda.

⁴ A partir de entrevistas com Carlos Dilolwa (agosto-setembro 1994); J.M Mabéko Tali (27 abril 1998); Lúcio Lara (1 maio 1998); Paulo Jorge (26 junho 1998); Costa Andrade N'Dunduma (30 março 1998); Raúl Araújo (2 abril 1998); Pepetela (7 julho 1998); António Cardoso (10 julho 1998); Mendes de Carvalho (17 julho 1998).

⁵ Como diria Jean-Michel Tali, a influência de alguns originários de Catete sobre Neto era “um fator não negligenciável na maneira como o Chefe de Estado geria o poder”, sendo por vezes apelidada de Catetização do poder (MABEKO-TALI, 1996, p. 411).

Em termos de política externa, esta ala sustentava um alinhamento intransigente e radical ao lado de outros países socialistas, reforçando a presença cubana a todos os níveis da cooperação (militar e civil), rejeitando quaisquer concessões em relação às exigências dos EUA/África do Sul para uma retirada das tropas cubanas e qualquer relação entre a presença das tropas cubanas em Angola e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas (que determinava a independência da Namíbia).⁶

Por outro lado, incrédulos em relação ao Socialismo marxista e defendendo essencialmente cultura e tradição, a ala oposta (cujos membros proeminentes incluíam pessoas como Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira ou Imperial Santana), sustentava em termos de política econômica uma posição mais flexível e pragmática, aceitando a organização econômico-política tal como vinha evoluindo, *i.e.* um oficialmente proclamado modelo socialista, mas aceitando e indiretamente suportando os esquemas de arbitragem entre mercados oficiais e mercados paralelos/informais (negócios privados), mantidos pelo sistema hierárquico de privilégios gerido pelo topo da liderança do partido/Estado (VIDAL, 2011).

Esta ala nutria um profundo descrédito pelas políticas comunistas de coletivização da terra e criticava a postura radical da ala socialista em relação à iniciativa privada. Em termos de gestão política do poder, a ala liberal apoiava um sistema de liderança “nacionalista” que respeitasse o peso demográfico de cada segmento da elite Mbundu/Creolo no interior do MPLA, mediante o qual, ainda que menos assimilados, do interior e genericamente menos versados em teoria marxista-leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política, destronando a ala socialista intelectual/ideóloga, incluindo a sua base sociológica, que desde o tempo colonial fora relativamente privilegiada.

Para os grupos fora do MPLA, a ala liberal sustentava uma solução pragmática, *i.e.* a cooptação ou integração dos seus membros na hierarquia intermédia do partido (e conseqüentemente dentro da hierarquia distributiva), alargando assim as bases de suporte sociopolítico do partido no poder. Em termos de política externa, colocavam o nacionalismo acima do internacionalismo, tendo sérias reservas acerca da presença cubana, sustentando uma abordagem mais flexível e pragmática a questões diplomáticas no que concerne ao

⁶ Para um aprofundamento do chamado *linkage* entre independência da Namíbia e retirada dos cubanos de Angola ver, entre outros (WRIGHT, 1997).

Ocidente, aceitando a possibilidade de negociações com os EUA/África do Sul como forma de facilitarem a implementação da resolução 435 da ONU e o reconhecimento Norte-Americano do governo angolano.

Neto representava um certo equilíbrio entre os dois grupos, reunindo em si mesmo características sociopolíticas de ambos; era protestante, mas comunista, negro de Catete, mas muito aculturado, sendo médico formado em Portugal e casado com uma portuguesa branca e tendo um longo e próximo relacionamento com vários dos principais líderes da ala progressista-socialista, a começar pelo próprio Lúcio Lara e Carlos Dilolwa.

Por altura do I Congresso (dezembro de 1977), a ala pragmática-liberal tentou colocar tantos elementos seus quanto possível no CC e conseguir pelo menos um assento no BP; uma jogada que foi tão óbvia que acabou criticada por alguns no próprio Congresso (WOLFERS & BERGEROL, 1983, p. 167) e reportada para o exterior como ação de um “lobby regional conhecido por Grupo de Catete” (SOMERVILLE, 1986, p. 86; WOLFERS & BERGEROL, 1983, p. 167). Ainda que fracassassem em conseguir o tão desejado assento no BP, conseguiram no entanto vários lugares no CC.⁷

Da ideologia ao pragmatismo interno e externo

A luta pelo poder e por princípios organizacionais entre as duas alas durante a administração de Neto segue em crescendo até ao plenário do CC em dezembro de 1978. Nessa altura tiveram um embate frontal, pressionando Neto a tomar posições. A natureza híbrida do presidente, representando características sociopolíticas de ambos os lados, e o seu já forte controle pessoal sobre todo o sistema político, depois da purga e do movimento de retificação partidária, permitiu-lhe tomar opções muito próximas das sustentadas pela ala liberal, sem deixar que isso parecesse uma derrota das posições da ala contrária.

Internamente, a reunião do CC abriu a possibilidade aos negociantes privados angolanos para poderem criar firmas de construção e camionagem (transporte de mercadorias para as províncias). No dia seguinte ao plenário do CC, num comício em Luanda a 10 de dezembro, Neto enfatizou que os angolanos do setor privado teriam um papel a jogar na economia do país (AFRICA CONTEMPORARY RECORD – ACR, 1980, p. B 487) e uma semana depois, a 17 de dezembro, afirmou

⁷ Dos membros proeminentes da ala liberal, apenas Imperial Santana não teve assento no CC.

a necessidade de oferecer mais possibilidades à iniciativa privada, atividades que, segundo ele, não deveriam ser consideradas contra-revolucionárias como à primeira vista poderiam parecer (MEYNS, 1984, p. 144). Reconhecendo a incapacidade do Estado no setor da habitação, foi levantada a proibição à construção informal e sugerida uma atitude mais flexível em relação ao pequeno comércio como forma de ajudar à recuperação dos mercados rurais, reconhecendo que homens e mulheres que viviam no campo sofriam muito, porque dificilmente conseguiam vender, comprar ou produzir (AFRIQUE-ASIE, 1978, p. 23-25; LE MONDE, 1978). Mesmo observadores estrangeiros, simpáticos em relação às posições da ala progressista-socialista, como David Ottaway, admitiam e justificavam a necessidade evidente de Neto pelo pragmatismo dada a escassez de bens alimentares (OTTAWAY, 1978).

Aparente ou não, tal pragmatismo era visto como um forte revés para as posições da ala socialista, especialmente para Carlos Dilolwa, que expressou a sua discordância com tais concessões (MABEKO-TALI, 1996, p. 410), tendo pedido a demissão do seu cargo no governo, como segundo vice-primeiro ministro, para a economia, e do seu cargo no BP. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento, na altura assumindo uma posição próxima da ala progressista-socialista, ainda que seja muito discutível se a assumia em todas as matérias, perdeu o seu lugar no BP, assim como o cargo de primeiro-ministro, um cargo que foi simplesmente abolido.⁸ Outros membros desta ala, como António Jacinto, acabaram gradualmente por aceitar o pragmatismo de Neto (MABEKO-TALI, 1996, p. 410).

Alguns meses mais tarde, durante o discurso do 1º de maio, Neto anunciou novas áreas abertas à iniciativa privada, englobando algumas atividades comerciais privadas de alimentação e bens de consumo, como forma de compensar a escassez causada pela ineficiente produção e distribuição (ASSOCIATED PRESS, 1979). Enquanto Neto anunciava publicamente várias concessões ao setor privado, a única “vitória” que a ala progressista-socialista conseguia era uma declaração do BP no 1º de maio, vaga e inócua, denunciando alguns setores da “pequena burguesia” que queriam assumir as posições da burguesia colonial e os valores morais e ideológicos do capitalismo, como o desdém pela classe trabalhadora, a recusa em resolver os problemas concretos das massas,

⁸ Lopo do Nascimento manteve a sua posição no CC e foi depois nomeado para representar Angola na OUA (obviamente uma despromoção) e posteriormente nomeado como comissário provincial.

o amor pelo luxo e vida fácil, o espírito de ostentação, a negligência, a corrupção política e econômica e o oportunismo (THE GUARDIAN, 1979).

Mesmo antes daquele plenário do CC, Neto havia mostrado alguns sinais de pragmatismo e liberalismo. Numa tentativa de normalizar as relações econômicas com o Ocidente, o presidente encetou uma aproximação aos países da Comunidade Econômica Europeia – CEE, como forma de diversificar os seus parceiros internacionais e reduzir a sua dependência em relação a Cuba e ao Bloco Soviético. Para além dos acordos inter-governamentais, Neto mostrou interesse pelo investimento privado ocidental em larga escala, especialmente dirigido para o petróleo, aberto a outras companhias para além da Gulf Oil e da Petrofina (THE NEW YORK TIMES, 18 setembro 1978), mas também incluindo projetos de desenvolvimento noutras áreas. No imediato, a CEE concedeu a Angola o estatuto de observador nas renegociações da Convenção de Lomé (NEW YORK TIMES, 18 Setembro 1978; ACR, 1980, p. B497; WEST AFRICA, 1978).

Ainda no nível da política econômica externa, alguns dias antes do plenário, já os jornalistas ocidentais falavam de uma “mudança da ideologia para o pragmatismo” à medida que a “economia se afunda” (LAMB, 1978; 1978a) e por altura do plenário do CC (6 a 9 de dezembro de 1978), a maior abertura econômica ao Ocidente era reafirmada e tornada concreta. Neste sentido, Neto anunciou a preparação de uma nova e mais atrativa lei do investimento privado, que foi efetivamente aprovada em julho de 1979, abarcando todas as áreas da atividade econômica, permitindo vários benefícios fiscais e garantias (FINANCIAL TIMES, 1979). No caso específico do setor petrolífero a nova lei era ainda mais “liberal” que a anterior, aprovada em 1978 (SURVEY OF WORLD BROADCAST – SWB, 1979).

Cooptação e gestão de equilíbrios político-identitários

Depois do plenário, Neto vai definitivamente colocar em funcionamento um sistema de gestão de equilíbrios do poder baseado na rotação de nomeações para as posições de topo no partido e Estado, incluindo governo central, governos provinciais, empresas públicas e embaixadas; criando uma espécie de *carrossel* patrimonial de posições, nas quais os elementos chave do partido giravam de acordo com as necessidades políticas do sistema, incluindo o equilíbrio micro-identitário (etno-linguístico, regional, racial e familiar), com óbvia predominância para

o coração Mbundu/Creolo do MPLA, a quem ficava assegurada a supremacia política e econômica no seio da grande aliança representada pelo partido e, conseqüentemente, a supremacia sobre o aparelho de Estado e benefícios econômicos a que dava acesso.⁹

De entre os maiores e mais relevantes grupos etno-linguísticos, os Ovimbundu eram o único que não estava representado no BP, devido ao ressentimento provocado pelas renovadas e crescentes ofensivas militares da UNITA/África do Sul e aos crescentes laços de identificação entre Ovimbundu e UNITA. No entanto, abaixo do BP, alguns Ovimbundu, já com um percurso dentro do MPLA, alcançaram posições de topo; tal foi, por exemplo, o caso de Faustino Muteka, nomeado Ministro dos Transportes em janeiro de 1979 (SWB, 1979).

Para além dos órgãos de topo, a nível intermédio da hierarquia do Estado, alguns meses antes do plenário, Neto já havia mostrado sinais de querer gerir o sistema político baseado na cooptação, integração seletiva e estratégica de membros de outros movimentos e mesmo de grupos dissidentes no interior do MPLA. Deste modo, em setembro de 1978, anunciou em Cabinda a sua política de clemência e anistia parcial, seguida de integração no MPLA, para os membros da FNLA, FLEC, Revolta Ativa, Revolta do Leste e simpatizantes de Nito Alves, sem no entanto mencionar a UNITA (MPLA, 1978, p. 43-54). A seguir ao referido plenário do CC, Neto vai afirmar que todos aqueles que pertenceram a tais organizações deveriam ter as mesmas oportunidades e direitos sem qualquer discriminação (SWB, 1978). Como resultado da política de clemência, vários membros da FNLA desertaram e renderam-se ao MPLA durante o ano de 1979, sendo depois reintegrados nas estruturas do Estado a par de membros de grupos dissidentes do MPLA.¹⁰

Ainda que em termos gerais a ala liberal-nacionalista pragmática tenha prevalecido no que concerne aos princípios de gestão econômico-política, tal fato não representou no imediato uma derrocada decisiva para os membros da ala contrária. À exceção de Carlos Dilolwa, que contra a vontade de Neto resignou às suas funções governamentais e

⁹ Para uma caracterização e análise do sistema patrimonial Angolano ver (VIDAL, 2003).

¹⁰ Cinco líderes da FNLA, todos eles antigos membros da facção de Chipenda da Revolta do Leste, regressaram a Luanda em janeiro de 1979. Devido a negociações prévias com o Zaire em finais de 1978, Neto conseguiu que Mobutu anunciasse a expulsão da FNLA e da FLEC do Zaire; mais tarde, a 27 de outubro de 1979, até Holden Roberto teve de abandonar o Zaire, refugiando-se em Paris com vários outros líderes do movimento, num ato que representou um golpe fatal nas ambições da FNLA e do seu líder (ACR, 1981, p. B674).

no BP¹¹, os membros da ala progressista-socialista mantiveram em geral as suas posições no CC e BP¹², tal como os membros da ala pragmática-liberal mantiveram as suas no CC.¹³

O alastramento do pragmatismo liberal

Para a maioria da população, a posição económica pragmática assumida por Neto no topo do sistema foi logicamente vista como uma primeira concessão à propagação dos procedimentos privados/informais/ilegais, baseados na arbitragem. Só assim se explica a generalização massiva de tais práticas que rapidamente atingiram uma nova dimensão, com a organização de redes para a sua melhor articulação e desenvolvimento em todos os setores de atividade, de forma a satisfazer a sempre crescente demanda dos mercados informais, envolvendo não só trabalhadores, mas também dirigentes e agentes da defesa e segurança, tal como reconhecido pelo Congresso de 1980, constatado e condenado por resolução,

Considerando que estas situações se agravam dia após dia pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanismos de prevenção e repressão e pela falta de controlo generalizado sobre os bens do povo;

Considerando que a situação acima mencionada, que mostra tendência para a *generalização*, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras, em particular dos operários e camponeses e leva à degradação ideológica pela sua transformação progressiva em pequenos negociantes [nosso destaque]; (...)

O congresso chama especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer outra forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente resolução (MPLA, 1980, p. 39-41).¹⁴

¹¹ De acordo com Dilolwa, Neto ficou furioso com a sua demissão e procurou que mudasse de opinião. Contudo, para Dilolwa, as concessões económicas feitas naquele plenário constituíram um revés fatal para a construção de um projeto socialista (entrevistas privadas com Carlos Dilolwa em Luanda; agosto-setembro de 1994).

¹² Lopo do Nascimento (ainda que seja discutível se alinhava completamente com a ala progressista em todas as matérias) perdeu o seu lugar no BP, mas não no CC.

¹³ Membros proeminentes da ala pragmática-liberal como Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Bernardo de Souza e Manuel Pedro Pacavira permaneceram no CC. Membros proeminentes da ala progressista como Lúcio Lara e Iko Carreira permaneceram no BP.

¹⁴ Ver no mesmo sentido (MPLA, 1980b, p. 39-41; MPLA, 1980a).

Tais procedimentos parecem responder logicamente, por um lado, ao contínuo e progressivo incumprimento das “obrigações distributivas” do Estado em relação à maioria da população – decrescente poder de compra dos salários, escassez de alimentos e bens a preços oficiais, deterioração dos serviços de apoio social (VIDAL, 2008) e, por outro lado, ao cada vez mais discriminatório e seletivo caráter assumido pelas nomeações do partido e do Estado ao longo de toda a sua estrutura hierárquica e conseqüentemente o cada vez mais discriminatório e restrito acesso aos benefícios e privilégios inerentes a tais nomeações.¹⁵

A partir daí, um processo cumulativo auto-reforçador foi despoletado, através do qual a crescente fraqueza da economia oficial em fornecer bens e serviços a par do sistema discriminatório do partido-Estado, legitimava a economia informal e pressionava para o seu desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais a economia oficial e reforçando o processo de legitimação do informal/ilegal.

Assim, ao contrário do anunciado caráter provisório das cedências feitas à iniciativa privada¹⁶, tornava-se óbvio que tais concessões seriam apenas as primeiras de uma longa lista que se seguiria. De acordo com Zenha Relá,

A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado. (...) Muitos dos que em 76 clamavam contra todos que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...)
(ZENHA RELÁ, 1992, p. 57-58).

Na medida em que estas práticas eram obviamente ilegais, emergiu uma distância cada vez maior entre a legitimidade pragmática e a legitimidade legal; *i.e.* as práticas informais que eram ilegítimas do ponto de vista legal eram de fato legítimas de acordo com o pragmatismo da necessidade econômica. O resultado líquido deste distanciamento foi o cada vez mais generalizado desrespeito e desprezo pela ordem

¹⁵ A respeito do processo de “elitismo” no seio do partido a partir do movimento de retificação ver (VIDAL, 2006; MESSIANT, 2001, p.78-79).

¹⁶ Logo a seguir ao plenário, quando Neto anunciou que seriam autorizadas pequenas empresas privadas, enfatizou que tal medida não significava que o objetivo de estabelecer um Estado comunista havia sido abandonado. Dizia Neto que a situação seria diferente em dez, vinte ou trinta anos, mas a necessidade urgente e imediata era conseguir ter a sociedade a funcionar e resolver os problemas do povo (THE NEW YORK TIMES, 13 dezembro 1978).

jurídica (VIDAL, 2006), descrito pelo relatório do CC em 1980 como “não cumprimento da Lei” (MPLA, 1980, p. 95.) e por outros documentos do Congresso em termos mais dramáticos, como a decrescente autoridade do Estado, a falta de disciplina, o “deixa andar” (MPLA, 1980a, p. 11), o não exercício de autoridade pela polícia, e o incumprimento generalizado da Lei (MPLA, 1980a, p. 27).

Solidariedades primárias estavam cada vez mais na base das práticas económicas predatórias em expansão. O Congresso de 1980, que como vimos havia denunciado todas as atividades informais (roubo generalizado, desvios de produção, corrupção, redes organizadas, envolvimento de gestores, quadros e forças de segurança, etc.) (MPLA, 1980b, p. 39-41; 1980a), atacou também as solidariedades prevaletentes que as tornavam possíveis, nomeadamente o “regionalismo, racismo e sectarismo (...) que contribui para a desorganização e falta de disciplina na produção e distribuição, impedindo o progresso (...) rumo ao Socialismo” (MPLA, 1980b, p. 36). O relatório do CC apontava no mesmo sentido (MPLA, 1980, p. 37) e um terceiro documento do Congresso, fazendo um balanço social e económico do período de 1978-1980, acrescentou àquelas solidariedades o “nepotismo” (MPLA, 1980a, p. 11) e o “apadrinhamento”, “promovendo a incompetência” (MPLA, 1980a, p. 27).

O que tornava este tipo de solidariedades preferenciais, sectárias e discriminatórias, “um problema”, em Angola como noutros países africanos, era o tipo de distorções socioeconómicas que gerava (BAYART, 1989, cap. I), permitindo entre outros fenómenos o acentuar do recurso às mesmas solidariedades e o reforço da mesma dinâmica e distorções num processo cumulativo que se tornava estrutural.

O novo Presidente Eduardo dos Santos perante as duas alas partidárias

Um pouco a exemplo do que aconteceu com Neto, a administração de Eduardo dos Santos vai-se confrontar com renovadas quezílias entre as duas alas partidárias no topo do partido, sendo que os princípios de gestão política, de economia política e de política externa na administração do novo presidente vão-se igualmente afirmar no contexto dessas lutas.

Depois da morte de Agostinho Neto a 9 de setembro de 1979, a escolha de Eduardo dos Santos pelo BP e pelo CC foi relativamente

tranquila¹⁷, visto como uma espécie de mínimo denominador comum entre as duas alas no topo do partido, articulando características de ambos os grupos e sendo bastante novo (37 anos), sem uma posição clara e assumida a favor de nenhuma das alas e, como tal, na perspectiva de cada um dos campos, ainda passível de ser por eles arregimentado/manipulado. A sua administração começou efetivamente por comprovar a sua natureza híbrida e a sua capacidade de articular posições antagônicas, mas para grande desilusão e frustração das duas alas, o novo presidente, ainda que adotando uma postura muito próxima daquela que Neto havia assumido no plenário de dezembro de 1978 (na linha do pragmatismo liberal), depressa afirmou o seu poder pessoal por via do rebaixamento dos membros das duas alas, incluindo as suas mais proeminentes figuras – Lúcio Lara pelo lado progressista-socialista e Mendes de Carvalho pelo lado pragmático-liberal.

Não obstante, no fundamental e estrutural, a administração de Eduardo dos Santos vai afirmar claramente os princípios de gestão política, de economia política e de política externa da ala pragmática-liberal, ainda que com diferentes protagonistas e adaptando-se naturalmente à evolução dos contextos nacional e internacional, percorrendo mais de três décadas. Começa ainda na década de 1980 com muitas das características e dos protagonistas das lutas do tempo de Neto, aprofunda e evolui depois o pragmatismo-liberal com a transição para a economia de mercado nos anos 90 e, de 2002 em diante, mais ainda com a assunção do capitalismo liberal internacionalizado que se segue ao fim da guerra civil, em contextos internos e internacionais diversos como adiante veremos. A cooptação de elementos da oposição ao longo de toda a sua administração será uma constante.

Em termos da capacidade de afirmar e efetivar o seu poder pessoal e institucional e de moldar o regime naquilo que tem de estrutural até aos dias de hoje, a presidência de Eduardo dos Santos poderá ser analisada em quatro grandes períodos.

O primeiro período (1979-1982) será de afirmação pessoal do novo presidente a nível interno/partidário, num contexto de renovados e intensos conflitos entre as duas alas ainda nos moldes da administração de Neto.

¹⁷ Depois da morte de Agostinho Neto em Moscovo em 10 de setembro de 1979, o CC decidiu por unanimidade nomear Eduardo dos Santos como presidente do partido a 20 de setembro de 1979. No I Congresso extraordinário do MPLA-PT ocorrido em dezembro de 1980, dos Santos foi confirmado por unanimidade como presidente do MPLA. (*Africa Research Bulletin* – ARB, 1979, p. 5400 a-b; ARB, 1980, p. 5902).

O segundo período (1982-1985), será de efetivação do domínio absoluto do presidente sobre todo o aparelho patrimonial, caracterizado por um processo de reforço acentuado (extremo) dos poderes institucionais da presidência, chamando a si novos “poderes de emergência” (praticamente ilimitados), a coberto dos quais desenvolveu um estilo de progressivo hiper-presidencialismo na governação, ultrapassando não só os órgãos do governo, como também do próprio partido, autonomizando as relações econômicas com o exterior, especialmente no que concerne ao setor petrolífero.¹⁸

Um terceiro período será de longa transição (1986/87-2002/08), com as primeiras mudanças formais no sistema de planificação central da economia de orientação socialista (1986), que a par de alterações no contexto da política internacional conduzirão à adoção oficial de um sistema liberal de economia de mercado no congresso de 1990. Este período será caracterizado pela adaptação do sistema clientelar e patrimonial, entretanto estruturado nos princípios aqui designados de pragmatismo liberal, às novas vestes formais do multipartidarismo e economia de mercado, num contexto conturbado de prolongamento da guerra civil depois das frustradas eleições de 1992. Este período de transição e adaptação só se afirma categoricamente a partir de 2002, com a vitória militar do MPLA na longa guerra-civil, e a sua relegitimação política por via eleitoral consumada com a vitória esmagadora nas eleições de 2008.

Um quarto período será de 2008 à atualidade, podendo ser subdividido em duas fases. Uma primeira será até 2014, caracterizada pela consolidação constitucional do poder político hiper-presidencialista, agora num quadro multipartidário e de economia de mercado (Constituição de 2010), renovada maioria qualificada nas eleições de 2012 e consolidação do poder económico das elites dirigentes no seio do MPLA, passando da consolidação interna para uma estratégia de internacionalização com significativos investimentos no exterior, beneficiando da alta do preço do petróleo de 2008 a 2014. Vamos assistir nesta fase ao aprofundamento, aperfeiçoamento e complexificação das relações económico-financeiras do regime com o exterior e do próprio sistema patrimonial de apropriação privada do bem público, aproveitando as diversas oportunidades abertas pela globalização económico-financeira e grande liberdade de movimentação de capitais, numa época de degelo ideológico e liberalismo acentuado.

¹⁸ Temas detalhadamente tratados em (VIDAL, 2006).

Uma segunda fase será de 2014 em diante, onde a estratégia anterior vai ser colocada perante novos desafios com sempre crescentes e renovadas pressões políticas internas e internacionais, acrescidas de pressões econômicas num contexto de baixa do preço do petróleo (principal sustentáculo financeiro do sistema de poder) e pela inevitável corrosão do poder pessoal hiper-presidencialista em face de mais um processo eleitoral previsto para 2017.

No que têm de relevante para a nossa discussão, estes grandes períodos serão analisados no restante do texto.

A afirmação do novo presidente perante os princípios em disputa, 1979-1982

O primeiro período decorre num contexto de renovados conflitos entre os progressistas socialistas (defensores do aprofundamento dos princípios marxistas-leninistas, do combate à corrupção generalizada e do internacionalismo progressista) e os pragmático-liberais-nacionalistas (defensores do quadro de relações econômicas tal como vinham evoluindo, articulando as práticas patrimonialistas ao abrigo de um modelo formal socialista, cooptando opositores e negociando alianças internacionais a Ocidente, ainda que mantendo as tradicionais alianças com o Bloco de Leste, cruciais do ponto de vista militar). Estes renovados conflitos serão materializados em quatro célebres “casos” ou combates político-econômicos resultantes de uma grande ofensiva da ala progressista: “caso Monty”; “caso ANGONAVE”, “caso *Kamanga*”; “caso da peça e do quadro”.

Será no âmbito destes conflitos e da sua “resolução” que o novo presidente conseguirá afirmar o seu poder pessoal e institucional, acima de todos e quaisquer grupos e indivíduos, moldando em boa parte o sistema de gestão política, economia-política e política externa que daí por diante se virá a consolidar e desenvolver no que tem de estrutural.

A primeira grande ofensiva da ala progressista contra os pragmáticos-liberais surgirá logo em setembro de 1981, com o “caso Monty”, em que o Ministro dos Petróleos, nomeado por Neto em novembro de 1978 (Jorge Augusto de Moraes “Monty”, claramente conotado com os progressistas), se assumiu como a voz crítica e denunciadora da crescente autonomia e opacidade no setor dos petróleos ao nível da empresa petrolífera estatal, SONANGOL, acusando publicamente o diretor da empresa, Hermínio Escórcio, de atos de corrupção. Monty sentiu que a empresa

começava a escapar à tutela do ministério e suspeitou daquela autonomia e opacidade. Numa altura em que a ala progressista ainda detinha algum poder de influência, a presidência viu-se pressionada a nomear uma comissão de investigação ao caso. Provavelmente desconfiando da idoneidade da comissão e da investigação, Monty pretendeu acompanhar o processo, mas foi prontamente impedido pela presidência. O presidente tomou o assunto pessoalmente em mãos e demitiu Monty do cargo de Ministro dos Petróleos. A comissão de investigação operou então sem qualquer supervisão de Monty ou de elementos da ala progressista, tendo mais tarde concluído que as acusações não tinham fundamento.

O problema de fundo estava obviamente no fato de já estar em marcha a estratégia de insularização da SONANGOL em relação ao governo e ao partido, mantendo-a sob controle exclusivo da presidência como adiante veremos.

Após o “fracasso” daquela primeira ofensiva, seguiram-se duas outras. Alguns meses depois do “caso Monty”, em 1982, surgiram uma série de rumores e denúncias relativamente anônimas, mas certamente provenientes de elementos ligados aos progressistas, que dominavam os setores da organização, propaganda e informação do partido. Estes rumores e denúncias desmascaravam várias fraudes, desvios de verbas e esquemas de corrupção na empresa nacional de navegação, ANGONAVE. De forma quase sequencial e utilizando a mesma estratégia, são colocadas a circular denúncias e informações comprovativas de um outro escândalo, desta vez referente a uma rede de tráfico de diamantes (*Kamanga*), que alastrava no topo do aparelho a um ritmo vertiginoso, atingindo proporções tão extensas, envolvendo tanta gente e tantos cargos, que ameaçava tornar-se “institucional”, sendo que os rumores e o subsequente processo judicial chegaram mesmo a implicar judicialmente a própria presidência (cf. *infra*).

Mais tarde, numa das sessões da comissão de trabalho da I Conferência Nacional, “sobre o papel dirigente do partido” (janeiro de 1985), o presidente pronunciar-se-á de forma extremamente elucidativa sobre todos estes casos e sobre o seu alegado envolvimento no caso *Kamanga*, argumentando com a existência de uma luta entre partidários de diferentes interesses, mas invertendo a situação e atribuindo a culpa da inocuidade dos processos judiciais aos partidários do Sr. Monty, ou aos supostos “grandes marxistas-leninistas” (aqui caracterizados de progressistas-socialistas),

Tratando-se do caso do Ministro dos Petróleos antigo, Senhor Monty, ele (...), teve uma intervenção insultuosa no Congresso Extraordinário [Dezembro de 1980]. (...) muitos camaradas consideraram-no um grande Marxista-Leninista. Agora talvez digam que já não é, mas naquela altura parece-me que consideraram-no um grande Marxista Leninista. (...)

(...) os partidários do senhor Monty nessa altura fizeram com que o processo não produzisse os efeitos desejados, o mesmo talvez se pudesse dizer para a ANGONAVE, o mesmo talvez se pudesse dizer para outras situações, pois de outro modo não seria lógico que mesmo contra mim me fossem desferidos golpes directos, como presidente do partido, como chefe de Estado, de tal maneira que utilizando os serviços do meu gabinete tivemos de fazer intervenções públicas no processo 105 [Kamanga] para repor a verdade. (...)

Mas foi um rude golpe porque se inventaram coisas: desvios de viaturas, tentou-se insinuar implicação em tráfico de diamantes e por aí em diante. Há um processo escrito sem que um dia sequer, qualquer dos funcionários do meu gabinete ou eu próprio fossem consultados ou ouvidos. Portanto, foi o Procurador Popular, que preocupado com o processo no tribunal, informou o Presidente do Partido, porque aquele tribunal no fundo depende do Presidente da República. Não são comportamentos normais mesmo nas sociedades capitalistas, quanto mais na nossa (MPLA, 1985, p. 76-77).

A última grande ofensiva progressista-socialista dar-se-á no final de 1982, por altura do aniversário do presidente Eduardo dos Santos (28 de agosto), consistindo num quadro satírico do próprio, que lhe foi oferecido na cerimônia oficial do seu aniversário¹⁹ e numa peça teatral também satírica, ridicularizando e caracterizando de incompetentes, incapazes e corruptos, alguns ministros da ala pragmática-liberal, entre eles o Ministro da Saúde, Mendes de Carvalho. A nova ofensiva provocou a imediata reação de vários elementos desta ala, especialmente os mais visados na peça, alertando as estruturas do poder, não só para as ofensas de que tinham sido alvo na peça, mas sobretudo para as ofensas pessoais ao presidente, contidas no quadro, e para as possíveis consequências políticas de tais atos, passíveis de serem interpretados como uma falta de autoridade e força do presidente, incapaz de se fazer respeitar.

¹⁹ No quadro o presidente aparecia equipado de futebolista com uma bola nos pés, um poço de petróleo a jorrar dólares, com uma mulher sensual ao lado, uma cesta de lixo de onde saiam umas pernas sexys de mulher, numa referência à namorada que havia deixado há pouco tempo e à sua nova namorada, dando a entender que o presidente era um *bon vivant*, apenas interessado em futebol, mulheres e dinheiro.

O alerta e agitação política dos pragmático-liberais tocaram numa questão crucial e muito sensível, pois que em vários quadrantes do partido há muito cresciam as críticas em relação à incapacidade do presidente de se impor internamente face às pressões da ala pragmática-liberal e às provocações dos progressistas, sendo que esta última começava a ultrapassar todos os limites, não só com a peça e o quadro, mas também com o caso *Kamanga*. Dentro de uma racionalidade patrimonial, ao contrário de uma racionalidade burocrática moderna, acusações de corrupção, desvios, roubos, etc. não têm grande impacto, nem para os visados, nem para a opinião pública em geral, contudo, ofensas pessoais (dramaticamente apelidadas em Angola de “faltas de respeito”), têm um efeito demolidor na imagem pública, sobretudo se o visado ocupa posições de chefia e liderança e não responde com dureza e firmeza, perdendo toda a credibilidade enquanto “Chefe”, incapaz de mostrar os principais atributos de um chefe – autoridade e força.

Neste contexto, não restava alternativa ao novo presidente senão afirmar duramente a sua autoridade, poder político e pessoal, tal como Neto tivera de fazer em 1977. José Eduardo dos Santos vai então desencadear uma forte purga em toda a linha, começando com a prisão do autor da peça teatral, Costa Andrade Ndunduma (mestiço, totalmente conotado com a ala progressista-socialista, secretário do sindicato dos jornalistas e ex-biógrafo oficial de Agostinho Neto), preso a 22 de dezembro sob a acusação de “faccionalismo e falta de respeito pelo Presidente” (ARB, 1983, p. 6704-6705). Seguiram-se as prisões de dois proeminentes membros do Departamento de Propaganda e Informação – DEPI, Raúl Araújo, que entregou em mãos o quadro ao presidente, e Vantagem Lara²⁰, filho adoptivo de Lúcio Lara, o grande ideólogo do partido e figura de referência dos progressistas-socialistas, tendo a sua própria mulher, Ruth Lara, sido destituída do seu cargo no DEPI (ARB, janeiro 1983, p. 6704-6705).

A purga prosseguiu ao nível do partido com o afastamento de Ambrósio Lukoki (Bakongo), membro do Bureau Político e chefe do DEPI, por ter autorizado a representação da peça sem ter verificado o seu conteúdo, sendo substituído no BP por um militar, o Tenente Coronel Francisco Magalhães Paiva “Nvunda” (chefe da Direção Política das

²⁰ Um quarto elemento dissidente, Simão Paulo, quadro do departamento de organização foi detido a 8 de Janeiro de 1983, sendo mais tarde liberto juntamente com Vantagem Lara e Raul Araujo. Costa Andrade NDunduma, contudo, permaneceu preso até 25 de janeiro de 1984 (ACR, 1983, p. B598).

FAPLA e Vice-Ministro da Defesa), numa clara demonstração de força. A 23 de dezembro, a purga chegou ao governo com o afastamento de três membros do executivo, o governador do Banco Nacional, José Vítor de Carvalho (substituído pelo Ministro das Finanças Augusto Teixeira de Matos) e mais dois Vice-Ministros, Luís Fonseca dos Santos (Construção), e um histórico do Partido, o escritor Artur Pestana “Pepetela” (Educação), claramente conotado com os progressistas-socialistas.²¹

No final do mês de dezembro de 1982 a campanha de purga saldava-se pela suspensão de 32 membros dos departamentos de organização e informação do partido – os departamentos de forte implantação progressista-socialista.

A demonstrar que a ala pragmático-liberal também não escapava ao poder do presidente, em julho de 1982 Manuel Pedro Pacavira foi destituído do cargo de Secretário do Partido para a Produção, por alegados erros na sua anterior função enquanto Ministro da Agricultura (que ele já havia deixado há dois anos – obviamente um pretexto). Outro proeminente membro da ala pragmático-liberal, Paiva Domingos da Silva, foi destituído do seu cargo enquanto líder da Organização de Defesa Popular – ODP (ARB, julho 1982, p. 6538; THE GUARDIAN, 25 julho 1982) e o próprio Agostinho Mendes de Carvalho foi destituído de Ministro da Saúde a 3 de junho de 1983 (ACR, 1985, p. B598).

Estando ainda bem viva na memória de todos a brutalidade da purga do pós-27 de Maio de 1977, bastou a onda de prisões, interrogatórios e destituições para acalmar as hostes partidárias e afirmar definitivamente o poder do novo presidente. Para além do mais, as novas ofensivas militares da UNITA, suportadas pela África do Sul, pressionavam para a imperativa união do partido.

Algumas explicações oficiais do caso “da peça e do quadro” serão mais tarde apresentadas pelo próprio presidente, no relató-

²¹ Segundo as palavras do próprio Pepetela (entrevista que me concedeu em Luanda a 14 Julho 1998), não foi demitido, mas demitiu-se, numa atitude que já estava planeada há muito tempo e que não teve relação direta com o caso da peça e do quadro. Contudo, tendo a demissão ocorrido no momento em que ocorreu e sendo o escritor claramente conotado com a ala progressista-socialista, em termos de política interna de bastidores a sua demissão representou mais uma baixa para aquela ala, ideia esta reforçada alguns dias mais tarde (29 de dezembro), quando Pepetela criticou publicamente a prisão de Costa Andrade, numa confrontação aberta entre escritores conotados com as duas alas na União dos Escritores Angolanos, tendo na altura estado em minoria a posição progressista-socialista. Igualmente a nível externo, o afastamento de Pepetela foi interpretado exatamente nos mesmos termos (ACR, 1983, p. B598).

rio do CC ao II Congresso, inserindo-o no contexto dos casos ANGONAVE e *Kamanga* e identificando-o com a corrente partidária que se manifestara já no I Congresso Extraordinário, *i.e.*, os supostos “grandes Marxistas-Leninistas do Sr. Monty” (MPLA, 1985, p. 69).

Depois de afirmado o seu poder e acalmadas as hostes partidárias, o presidente efetuou em fevereiro de 1983 uma pequena remodelação ministerial e readmitiu 18 dos 32 membros suspensos, mas somente aqueles que haviam tido um envolvimento indireto no caso. Ruth Lara continuou suspensa, num rude golpe que afetou diretamente Lúcio Lara, que desde então foi progressivamente decaindo de importância efetiva no seio do aparelho, sendo afastado do Comité Central logo na primeira oportunidade – o II Congresso, de 1985.

Início da hegemonia econômico-política da presidência, 1982-1985

Com a afirmação do seu poder pessoal, o novo presidente vai de igual modo afirmar os princípios de gestão da economia política a nível interno e externo, consistindo em boa medida no desenvolvimento das linhas estratégicas pragmáticas-liberais que vinham da administração de Neto: pragmatismo ou tolerância para com as prevalecentes práticas predatórias; relaxamento de normas socialistas, e abertura econômica e política ao Ocidente, não descurando a tradicional aliança com os parceiros do Bloco de Leste, cruciais do ponto de vista militar; circulação de membros no carrossel patrimonial para equilíbrio de poderes e acesso à distribuição de recursos e benesses, que permitisse manter o *status quo* e manter a hegemonia econômico-política e o poder pessoal do novo presidente.

O resultado dos três casos – Monty, ANGONAVE e *Kamanga* –, será elucidativo dos princípios de gestão adotados pela nova administração.

No caso Monty, o presidente protegeu de forma pessoal e explícita Hermínio Escórcio, não permitindo um processo judicial normal e demitindo Monty, enfrentando-o direta e pessoalmente, revelando desde logo a importância que dava à nova estratégia de insularização da SONANGOL sob ordens diretas e exclusivas da presidência, não mais do Bureau Político como no tempo de Neto.

Aproveitando o agravamento do conflito militar e o momento conturbado com as renovadas lutas internas entre as duas alas, o presidente vai “exigir” do Comitê Central a concessão de novos “poderes de emergência” (concessão deliberada por unanimidade na XX sessão ordinária do Comitê Central, de 30 de novembro a 8 de dezembro de 1982), constituindo a base sobre a qual vai apoiar todo o processo de construção de mecanismos e implementação de medidas que lhe permitirão exercer o domínio hegemônico sobre todo o aparelho de poder patrimonial. Vai esvaziar de poder econômico-político efetivo o aparelho governamental e mesmo o aparelho partidário, autonomizando a favor da presidência e dos seus órgãos subsidiários a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema – negócios com entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do petróleo (VIDAL, 2006), constituindo a SONANGOL como pedra angular desta estratégia.

Ao contrário do que por vezes se sugere, esta estratégia foi delineada na altura pela presidência, percebendo a crescente e crucial importância da renda petrolífera para a estruturação e controle hegemônico de todo o sistema político-econômico. Não foi de todo uma estratégia de quaisquer diretores anteriores (sendo Freudenthal o primeiro diretor) ou seguintes, ou do maior ou menor brilhantismo técnico-político de qualquer um deles (OLIVEIRA, 2007). Independentemente da competência técnica cada vez mais apurada e exigida a cada diretor que se seguiu e a todos os quadros superiores da empresa com funções executivas e/ou deliberativas, estes passaram essencialmente a desempenhar a função de cumprimento de orientações da presidência em matéria de maximização de lucros, manutenção da opacidade e secretismo das contas do petróleo.

A empresa foi insularizada de qualquer influência partidária e governamental, passando a desempenhar as funções de processador de todo o *software* e *hardware* de gestão do sistema político patrimonial moderno efetivamente existente, permitindo a grande apropriação privada de recursos públicos e a alimentação das redes de distribuição/cooptação necessárias à manutenção do *status quo* e à hegemonia do poder presidencial sobre todo o sistema político-econômico (VIDAL, 2009).

Nos casos da ANGONAVE e *Kamanga*, embora os processos judiciais tivessem efetivamente sido instaurados ao longo de 1982, num período em que a ala progressista-socialista ainda tinha alguma influência, os julgamentos só tiveram lugar em 1984, depois de o

presidente ter afirmado o seu poder sobre as duas alas, não resultando em nenhum efeito prático para os acusados e sentenciados.²²

Com tal resultado, uma mensagem clara e simples foi passada: o presidente assumia a posição pragmática e flexível da ala direita no que respeitava à aceitação do alastramento impune das práticas econômicas predatórias que atravessavam todo o espectro social, conforme antes denunciado pelos documentos do próprio partido (*cf. supra*). No entanto, tal posição não significou a vitória dos partidários da ala pragmática-liberal na liderança do aparelho de gestão patrimonial, mas antes a transformação do patrimonialismo partidário, que se havia desenvolvido até aí, em patrimonialismo presidencialista, que se vai afirmar daí em diante até à atualidade (VIDAL, 2006). Os líderes das duas alas vão perder importância e qualquer poder de influência política significativa. Vão prevalecer os princípios pragmático-liberais, que se vão afirmar cada vez mais, mas dilui-se a liderança das personalidades históricas que os encabeçavam, sumindo-se no carrossel patrimonial. A competição política no seio do partido assumirá novos moldes e novos personagens, mais relacionada com disputas e competições pela ocupação de cargos dentro do aparelho existente e respectivas possibilidades de apropriação de recursos e acumulação de riqueza nas redes clientelares do que com quaisquer divergências ideológico-político-econômicas e, sobretudo, sempre dentro da primazia da total lealdade e submissão ao poder do “Chefe” e nos limites de competição por ele estabelecidos.

O novo presidente levará ao extremo o modelo de gestão inaugurado por Neto, procedendo a infundáveis e permanentes rondas de remodelações na administração central e local, sempre dentro da

²² No caso ANGONAVE (julgado a 17 de março de 1984), o diretor da empresa, Carlos Osvaldo dos Santos Rúbio, avisado a tempo, viajou para o estrangeiro, tendo sido julgado pelo Tribunal Popular Revolucionário e condenado *in absentia* por desvio de fundos. Os poucos membros da direção condenados, apelaram e foram libertos algum tempo depois, logo que o caso deixou de ser falado. No caso Kamanga (ou processo 105/83), julgado dois meses depois do caso ANGONAVE (Maio de 1984), no meio de um grande aparato midiático, foram levados à barra do tribunal 124 réus (um número infimo em relação à dimensão da rede implicada), acusados de tráfico de diamantes e troca ilegal de divisas. Dos 124 acusados, 28 estavam a ser julgados *in absentia*, e sessenta eram estrangeiros (56 portugueses). Vários membros do topo do aparelho de Estado e das Forças Armadas foram igualmente envolvidos. Cinco membros da FAPLA (Forças Armadas), dois dos quais de alta patente, foram acusados. Dois membros do CC, Tenente-Coronel Antonio Moises (Ndozi) e Celestino Bernardo (Tchizainga) foram suspensos depois de referenciados por um relatório da Segurança de Estado que sugeria a sua implicação. O julgamento terminou a 30 de outubro com a pena de morte para um arguido angolano (de origem portuguesa), Francisco Fragata, e 73 sentenças de cadeia entre 5 a 16 anos. Não obstante, todos os acusados recorreram das sentenças e conseguiram a sua alteração, sendo que nenhum dos condenados cumpriu mais de ano e meio de prisão efetiva, incluindo o próprio Francisco Fragata (ACR, 1985, p. B611).

referida lógica de rotação no carrossel patrimonial, de acordo com as necessidades e princípios de gestão de equilíbrios políticos vários, assegurando a manutenção do poder por via da distribuição seletiva de benesses e cooptação. A grande diferença em relação à administração de Neto será, por um lado, a utilização das remodelações para efeitos de “expição de culpa alheia”, ou seja, a necessidade da presidência de fazer “rolar cabeças” em alturas de acentuada crise, encontrando bodes expiatórios para assumirem as responsabilidades por fracassos governativos, que, dada a concentração de poderes na presidência e seus serviços subsidiários, raramente cabiam aos ministérios. Os destituídos, depois de uma fase mais ou menos breve de expiação de culpas, voltavam (de acordo com a lógica interna) a ser nomeados para outros cargos no seio do carrossel patrimonial. Ademais, a rotação patrimonial servirá igualmente para impedir a excessiva proeminência de novas personalidades no seio do sistema político, que passa a ser cada vez mais centrado na figura e na pessoa do presidente, acima de todas e quaisquer outras personalidades, impedidas de criar círculos autônomos de poder, redes de influência e constituintes.

Dada a lógica patrimonial do modelo de gestão, raramente o presidente afastava definitivamente algum membro do carrossel patrimonial, mesmo em situações de manifesta e gritante incompetência, sendo extremamente acesas e difíceis de gerir as disputas internas pelas nomeações, tal como se pode claramente perceber das palavras do próprio presidente,

Finalmente eu quero dizer aos camaradas que a constituição me dá competências, como chefe do governo, como chefe do Estado, para substituir membros do Governo, embaixadores e nomear. Mas tenho a impressão que nós nem sempre aceitamos bem a aplicação dessas competências. (...) Se alguém foi substituído dum lugar, há sempre uma corrente de opinião que se forma contra, outra corrente a favor, essa é na minha experiência, um aspecto. Outro aspecto é que enquanto não lhe for dada outra função, há sempre elementos preocupados e que avançam propostas, 'agora já pode ir para aqui', 'acho que já pode ir para ali, porque está desocupado', etc. (...) esta é a situação e até há alguns que resistem.

Portanto, não é assim tão fácil como os Cdas. estão a dizer e (...) naqueles casos em que se optou primeiro pela responsabilidade dos erros cometidos aqui ou ali antes da substituição, também não foi fácil. (...) na prática, e estou a falar da minha experiência, os Cdas. não podem imaginar quanta ginástica às vezes tenho de fazer para resolver situações destas (MPLA, 1985, p. 75-79).

Também a exemplo de Neto, embora com uma importância relativa decrescente, eram tidos em conta critérios de equilíbrio etno-regional, com primazia para o grupo Mbundu/Creolo no seio do MPLA. Os Ovimbundus do partido mantiveram-se em posições de segundo plano, continuando a ser Faustino Muteka o único Ovimbundu nos órgãos de topo do partido. Esta situação vai alterar-se ligeiramente a partir de 1986, com a ascensão de Marcolino Moco, Ovimbundu, nomeado para governador provincial do Bié - planalto central.²³

A respeito da aproximação a grupos rebeldes exteriores ao MPLA, Eduardo dos Santos prosseguirá com a estratégia delineada por Agostinho Neto, baseada na clemência e integração (subordinada) no aparelho partidário/estadual e consequente integração na estrutura de acesso aos recursos – cooptação. Neste sentido, voltará a ser desencadeada uma forte campanha de clemência apelando à rendição dos membros de grupos rebeldes (ARB, outubro 1984, p. 7407 C). Em resultado direto da campanha, em outubro de 1984, entregaram-se milhares de guerrilheiros e apoiantes da FNLA, entre eles um histórico do movimento, Johnny Edouard Pinnock, primeiro-ministro do governo de transição de 1974, e Tonto Afonso de Castro, Chefe das Forças Armadas.²⁴ A julgar pelo discurso do presidente à I Conferência Nacional do Partido, a política foi pela primeira vez estendida a elementos da UNITA (MPLA, 1985, p. 29).

Com o topo de regime essencialmente preocupado com a insularização da grande fonte de receitas, disseminaram-se pela população em geral as práticas predatórias conforme anteriormente referido, baseadas na legitimidade da necessidade económica, cada vez mais distante da lei, levando a I Conferência Nacional do partido, de janeiro de 1985, a realçar a necessidade de recuperar o respeito pela lei (MPLA, 1985, p. 23-24).

Mudança oficial na orientação político-ideológica da economia, início da transição, 1986-1991/92, prolongando-se até ao final da guerra civil em 2002

Afirmado o seu poder internamente, o presidente sentiu-se com força suficiente para introduzir as primeiras e significativas alterações

²³ Mais tarde, por questões essencialmente cosméticas, vários outros Ovimbundu irão ascender no seio do aparelho, especialmente com a transição para o multipartidarismo e a preparação das eleições de 1992, tendo Marcelino Moco chegado inclusive a 1º Ministro no governo formado pelo MPLA após as eleições de 1992.

²⁴ A rendição sucedeu após a publicação do editorial do Jornal de Angola que repetiu o apelo do governo à rendição de todos os rebeldes no interesse da reconstrução e unidade nacional (ARB, Outubro 1984, p. 7407 C).

na orientação oficial/ideológica da economia. Isto aconteceu logo na primeira oportunidade, em 1985, no âmbito do II Congresso, cujos principais documentos questionaram pela primeira vez: os métodos de gestão e a direção da economia (ACR, 1987, p. B618; MPLA, 1985, p. 95; MPLA, 1985a, p. 99, 105, 111-112); a anacrônica e onipotente direção planificada da economia com distorcidas políticas de investimento (MPLA, 1985, p. 33-35; MPLA 1985a, p. 90-92); o sistema de preços fixados administrativamente sem refletir os custos reais de produção (MPLA 1985, p. 34; MPLA 1985a, p. 93-94, p. 106-108); os extensos e anti-produtivos aparelhos burocráticos (MPLA, 1985, p. 22; MPLA, 1985a, p.95, 106.); a necessidade de tirar maiores vantagens da iniciativa privada, externa e interna (MPLA, 1985, p. 110-111, 143; MPLA, 1985a, p. 107, 145); e os profundos desequilíbrios financeiros e macroeconômicos que não se poderiam explicar exclusivamente com a guerra.²⁵

Estes desequilíbrios clamavam por um programa de “Saneamento Econômico e Financeiro”, a ser implementado no quinquênio seguinte (MPLA 1985a, p. 89). Na realidade, tal Programa de Saneamento Econômico e Financeiro – SEF, veio a ser introduzido dois anos mais tarde, em agosto de 1987, de forma a corrigir os desequilíbrios financeiros internos e externos e a reestruturar e reabilitar o sistema econômico.²⁶

O programa incluía a privatização de empresas não estratégicas, a redução do setor estatal, a legalização do setor privado (*i.e.*, pequeno comércio, transporte público e comercial e construção), o fim dos subsídios orçamentais às empresas estatais, a devolução das fazendas estatais aos camponeses, o aumento dos preços para refletirem os custos de produção, a autorização da livre circulação de produtos entre províncias, o livre curso da procura e da oferta nestes mercados e a desvalorização do Kwanza (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 5, 9, 10, 11, 12). Das medidas propostas, tornava-se claro que o novo programa significava muito mais do que o reforço das tendências iniciadas durante a presidência de Neto (relaxamento de orientações socialistas-marxistas e tolerância em relação ao pequeno comércio conforme defendido pelos pragmático-liberais), representando um ponto de viragem no sistema

²⁵ A Conferência Nacional referiu expressamente que tais desequilíbrios não poderiam ser desculpados ou justificados pela situação de guerra, ainda que o impacto da guerra tivesse que ser reconhecido (MPLA 1985, p. 29-32).

²⁶ Na apresentação do SEF, o presidente explicou que o programa vinha no cumprimento das orientações do II Congresso e justificou o atraso com a necessidade de prestar mais atenção a medidas de emergência que entretanto surgiram (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 2, 3, 4).

econômico formal – uma nova fase, conforme referido pelo presidente (ANGOP, 17 agosto 1987, parte 5), ou o “fim de uma época”, conforme enfatizado por observadores estrangeiros (LIBÉRATION, 20 agosto 1987). Gradualmente, transformava-se a anterior economia formalmente socialista numa oficialmente declarada economia de mercado, que veio a ser anunciada no III Congresso, de 1990, mas mantinham-se inalteradas as distorções econômicas que se haviam tornado estruturais à lógica patrimonial dominante.

Em termos de abordagem econômica ao Ocidente, uma vez apresentados os principais objetivos do SEF, tornou-se claro que seguiam as recomendações do Banco Mundial e do FMI em termos de política econômica para países africanos. À medida que se agravavam as finanças estatais angolanas²⁷, o SEF pretendia de fato facilitar a candidatura de Angola a membro daquelas organizações como forma de aceder a empréstimos e de facilitar processos de reescalonamento da dívida externa (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 7 e 8).²⁸ Depois de um longo e complicado processo, e apesar da objeção dos EUA, Angola foi finalmente admitida como membro do FMI em julho de 1989 (ARB, outubro 1987, p.8648, a,b,c, p. 8649-a; FINANCIAL TIMES 14 e 21 setembro 1987), tendo conseguido resolver os seus problemas de dívida por via de reembolsos de curto prazo. Tão logo estes objetivos foram alcançados, o SEF caiu do estado de graça, especialmente no que toca às suas mais criticadas políticas a nível interno, como a desvalorização da moeda nacional e a redução do ineficiente setor público.²⁹ O problema estava, obviamente, no fato de que essas distorções com que o SEF se propunha terminar se haviam tornado estruturais ao sistema patrimonial moderno e encontravam enormes resistências para a sua extinção.

Com o fim da Guerra Fria e a “falência” do Bloco do Leste e de seu modelo econômico e político, a década de 1990 trouxe uma vaga de liberalização sobre os países africanos para procederem a programas de reajustamento estrutural, equilibrando as contas internas e externas e reduzindo o setor público.³⁰

²⁷ O agravamento das contas do Estado é admitido em detalhe pelo discurso presidencial que introduz o SEF (LIBÉRATION, 20 agosto 1987; ANGOP, 17 agosto 1987, partes 3 e 5).

²⁸ Sobre o problema da dívida ver ANGOP, 17 agosto 1987, parte 7 e artigo de Tony Hodges no *Financial Times* (HODGES, 1987); sobre a intenção de Angola em aderir ao FMI ver artigo no *Libération* (17 agosto, 1987); igualmente artigos no *Financial Times* (14 e 21 de setembro 1987).

²⁹ Sobre a resistência interna à aplicação de algumas medidas e ao subsequente fracasso do SEF ver (ACR, 1990, p. B558-B559).

³⁰ Angola foi igualmente sujeita a estas pressões conforme referido pelo próprio presidente Eduardo dos Santos no seu discurso de abertura do III Congresso do MPLA que introduz a transição para o sistema multipartidário e a economia de mercado em 1990 (MPLA, 1990, p. 8-9).

No entanto, também esta nova onda de pressões internacionais não obteve muitos resultados em Angola. A suposta redução do setor público e o estímulo da iniciativa privada ignoraram a reestruturação da administração do Estado e a redução do número de funcionários de um mega aparelho ineficiente que servia essencialmente como distribuidor de rendas/salários, centrando-se essencialmente na concessão (suposta privatização) de infra-estruturas comerciais, industriais e agrícolas aos membros escolhidos da elite governativa a preços simbólicos. No fim, a privatização mais não representou que o reforço da apropriação privada de bens públicos – predação –, agora num contexto que oficialmente privilegiava a propriedade privada. A privatização também não representou mais do que a permissão para que estes membros da elite dominassem o novo setor empresarial privado³¹ da futura “economia de mercado” (ainda que sempre debaixo da dependência das estruturas de topo do partido/Estado para acesso a linhas de crédito, licenças de importação, acesso a divisas à taxa de câmbio oficial, etc.).

Assistiu-se não a uma transição para uma economia liberal de mercado, mas antes a uma adaptação do sistema patrimonial moderno efetivamente existente, que despiu as vestes formais do Socialismo monopartidário para assumir as vestes da economia liberal de mercado, mas na prática mantendo a sua original lógica de fundo, *i.e.*, a utilização do aparelho de Estado para benefício e apropriação privada do bem público por parte das elites dirigentes, dependentes e leais à presidência, cooptando opositores ao sistema clientelar e assegurando-lhes assim a manutenção hegemônica do poder, consagrando as velhas ambições da ala pragmática-liberal em efetivamente se transformar numa burguesia de Estado, conforme havia sido acusada pelos velhos líderes da ala progressista-socialista nas décadas de 1970 e 1980.

Em relação ao conflito com a UNITA, voltou a ser tentada a velha tática (desde sempre defendida pela ala pragmática e praticada pelos dois presidentes) de integração por cooptação dos opositores no sistema existente, por via dos acordos de paz de Gbadolite de junho 1989. No entanto, depois de assinado, o acordo foi recusado por Savimbi, alegando que os termos expressos no texto final – de

³¹ Logo em 15 de julho de 1989, várias peças legislativas foram aprovadas no sentido de reestruturar o setor econômico estatal e alterar a atividade comercial; ver decreto 31/89, *Diário da República – DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989; decreto 34/89 *Diário da República – DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989; igualmente decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989, que aprova a concessão de estabelecimentos comerciais pertencentes ao Estado a outros agentes econômicos. Enfatizando a ineficácia do SEF, especialmente no que toca às mais “controversas” medidas, ver (ACR, 1990, p. B558-B559).

reconhecimento e aceitação do governo do MPLA por parte da UNITA e sua integração no sistema político existente – não correspondiam aos termos acordados nas negociações.³² Perante o sucedido, seguiu-se nova e supostamente derradeira ofensiva militar em dezembro de 1989, elucidativamente denominada de operação “último assalto”, sobre os territórios normalmente ocupados pelas forças da UNITA no Cuando-Cubango, prolongada pelo ano seguinte (GRANDE REPORTAGEM, março/junho 1990, p.105-113). Goradas estas iniciativas de cooptação e coerção e tendo em conta o contexto de queda do muro de Berlim e fim do Bloco de Leste, era difícil outra opção que não a relegitimação interna e externa por via da transição para o multipartidarismo.

Oficialmente o modelo socialista durou até ao III Congresso do MPLA em dezembro de 1990. Negociações complexas com a África do Sul, os EUA e Cuba levaram à retirada das tropas cubanas e à independência da Namíbia, numa aplicação da resolução 435 da ONU, consagrando em matéria de política externa a vitória das posições pragmáticas que a ala pragmática-liberal sempre defendera, embora já sem a aliança militar com o Bloco de Leste (de si mesma já muito enfraquecida) e abrindo caminho a um acordo entre MPLA e UNITA em Bicesse e às primeiras eleições gerais multipartidárias em Angola em setembro de 1992.³³

Perante a inevitabilidade da mudança, o partido e o seu presidente encetaram uma estratégia de rápida e esforçada adaptação ao novo contexto, conforme demonstrado pelos três congressos que o MPLA realizou no curto período entre 1990 e 1993, que deveriam ajudar a esta adaptação nas suas linhas gerais e específicas em função do embate eleitoral, apoiando-se fortemente no controle presidencial/partidário sobre o executivo, o legislativo e o judicial, mantendo sob apertado controle os novos espaços de liberdades civis e políticas recém-criados. As estruturas partidárias foram reabilitadas, reestruturadas e alargadas para abarcar o maior número possível de membros (depois da política de purga e seletividade dos membros que se seguiu a 1977, implementada

³² Ver entrevista de Alcides Sakala em “O Jornal”, edição de 25 de agosto de 1989, afirmando que Savimbi não se comprometera em retirar temporariamente da vida política. Ver igualmente (“Jeune Afrique”, nº 1515, 15 de janeiro de 1990, p. 21).

³³ De referir que a nível dos setores de pensamento militar do MPLA, vingava a ideia de que sem o apoio da África do Sul e território da Namíbia, a UNITA não teria capacidade de enfrentar as Forças Armadas angolanas ainda que sem apoio soviético-cubano (a partir de conversas com oficiais de alta-patente das FAPLA sob anonimato). Ainda que fora do escopo deste trabalho, a mais longo prazo esta perspectiva acabou por se verificar, embora num contexto regional e internacional diferente, *i.e.* final da década de 1990 e início de 2000.

pela ala progressista-socialista no processo de retificação partidária). O partido voltava ao seu caráter de massas, que sempre havia sido defendido pelos pragmático-liberais nas décadas de 1970 e 1980.

Se a nível econômico a adaptação se processou de forma relativamente suave, com o processo de privatizações a transformar a nomenclatura anterior na nova classe empresarial, a nível político a adaptação far-se-á de forma mais lenta e dificultada a vários níveis devido ao retomar da guerra logo após as eleições de 1992. O movimento de Savimbi saiu derrotado nas legislativas (53.74% de votos no MPLA contra 34.10% na UNITA) e nas presidenciais (49.57% de votos em José Eduardo dos Santos contra 40.07% em Savimbi), mas tendo a UNITA recusado a veracidade dos resultados, o conflito foi retomado.

A guerra estender-se-á até 2002, representando um conjunto de obstáculos à referida adaptação política do regime para a manutenção da sua hegemonia, *status quo* e lógica de funcionamento num modelo multipartidário. O MPLA foi obrigado a diversas cedências e negociações políticas e diplomáticas, desde logo com o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola – Alioune Blondin Beye –, mas também com a oposição parlamentar em face da inexistência de uma maioria parlamentar qualificada do MPLA (importante nas questões como a aprovação da nova constituição ou de nova legislação eleitoral) e tendo no terreno um opositor armado com forte capacidade de pressão negocial por essa via.

No entanto, todo o cenário muda radicalmente depois de 2002, com a vitória militar inequívoca sobre a UNITA e a morte do seu líder. Independentemente das pressões internacionais (EUA e EU) e nacionais (e.g. *movimento Pro-Pace*), o memorando do Luena foi assinado exclusivamente pelo vitorioso MPLA e a derrotada UNITA, passando a ser estes os novos termos da relação de poderes em Angola.

A partir daqui a estratégia de manutenção hegemônica do poder e do *status quo* por via de relegitimação eleitoral, que havia sido desenhada nos dois congressos imediatamente anteriores às eleições de 1992, pôde finalmente ser colocada em prática sem grandes obstáculos, almejando inclusive uma vitória eleitoral esmagadora (qualificada) que traduzisse a vitória militar e que permitisse ultrapassar os diversos bloqueios negociais com a oposição parlamentar.³⁴ A exemplo do que acontecera em Moçambique com a FRELIMO e na África do Sul com o ANC,

³⁴ A respeito destes bloqueios ver (VIDAL, 2006).

também o MPLA almejou e alcançou a sua maioria qualificada nas eleições de 2008 com 81,64% dos votos contra 10,39% da UNITA.

Com a esmagadora vitória eleitoral conseguia-se “fechar” o processo de “transição” política do MPLA iniciado em 1990, passando de partido único socialista para partido hegemônico num sistema democrático-liberal multipartidário, mantendo a sua lógica de funcionamento estrutural de sempre. O regime estava agora relegitimado a nível nacional e internacional num quadro multipartidário de paz, consagrado como critério primordial de legitimidade internacional desde o início da década de 1990.

Para a estratégia eleitoral vencedora, contribuíram de forma significativa não só a subida do preço do petróleo no mercado internacional, mas também o sucesso da nova parceria externa com a China. De 2004 em diante o governo pode recorrer a significativos empréstimos do governo Chinês, cobertos pelo fornecimento de petróleo, em condições comparáveis ao crédito de ajuda ao desenvolvimento concedido por instituições financeiras internacionais (MIRANDA, 2004, p. 18), mas sem os condicionalismos associados aos empréstimos destas instituições, como transparência nas contas públicas e respeito pelos direitos humanos (VIDAL, 2009). Estes empréstimos permitiram descartar aquele tipo de pressões do Ocidente que se acentuavam desde o fim da guerra no seio da conferência de doadores para a reconstrução pós-guerra, e que simplesmente foram descartados tão logo se conseguiu o acordo com a China. Os empréstimos da China serão replicados e multiplicados ao longo da década seguinte.

Consolidação do poder político-econômico com maioria qualificada

Com a nova maioria qualificada, o partido alcançou o controle absoluto sobre o legislativo, especialmente na tão aguardada aprovação da nova constituição em 2010, inteiramente de acordo com os interesses do partido no poder e da gestão política vigente, que, contra todas as pressões internas e externas, simplesmente descartou as eleições presidenciais diretas.

A nova constituição consagrou e reforçou (dentro do novo quadro “democrático multipartidário”) a já antiga e efetiva supremacia da presidência sobre todos os outros órgãos de soberania, seja ao nível do executivo, do legislativo ou do judicial, caracterizado por alguns como presidencialismo superlativo (MOREIRA, 2010). O presidente,

para além de Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, é o Chefe do Executivo, presidindo ao Conselho de Ministros, organizando a estrutura governativa como entende, nomeando e exonerando Ministros de Estado, Ministros e Secretários de Estado, Governadores e Vice-Governadores provinciais, nomeando os juizes do Tribunal Supremo, do Tribunal de Contas, do Supremo Tribunal Militar e membros dos Conselhos Superiores da Magistratura, entre vários outros poderes (Constituição da República de Angola, 2010, arts. 119 a 124).

Tirando proveito de um contexto financeiro e econômico internacional extremamente favorável, resultante de uma alta acentuada do preço do petróleo a partir de 2009, o regime beneficiou de um afluxo massivo de fundos que permitiram expandir o sistema redistributivo e continuar a investir em infraestruturas, algumas políticas sociais de educação, saúde, habitação e efetiva redução da pobreza com um acelerado crescimento econômico nos anos seguintes.

Tirando igualmente vantagem da crise financeira europeia e, especialmente, portuguesa, o regime angolano através da sua “desde sempre” angular empresa de petróleos – a SONANGOL – e das suas principais elites beneficiárias (lideradas, entre outros, pela filha do próprio presidente, Isabel dos Santos), desenvolveu uma estratégia de internacionalização do capital que vinha sendo acumulado por via da apropriação patrimonial. A estratégia de internacionalização passará pelo forte investimento em setores econômicos cruciais, como a banca, comunicações, energia, mídia e seguros, sobretudo em Portugal. A atuação da empresa processar-se-á em termos cada vez mais opacos, camuflados e recorrendo a esquemas de internacionalização financeira cada vez mais complexos e dissimulados, beneficiando da imensidão de novos instrumentos trazidos pela globalização financeira (COSTA, LOPES; LOUÇÃ, 2014; OLIVEIRA 2015; FERNANDES, 2015; FILIPE 2013).

Começa aqui uma fase importante de branqueamento do sistema de acumulação das últimas décadas, mas igualmente de aumento da influência internacional do regime e também reforço da legitimação por esta via, procurando evitar desfechos de outros casos africanos de confisco internacional de capital acumulado por apropriação patrimonial e outros mais graves que acabaram no Tribunal Penal Internacional.

Em termos de política externa, mais que nunca esta estratégia vai consagrar o velho pragmatismo flexível (“calculista”) da ala pragmática-

liberal-nacionalista dos tempos de Neto, mantendo boas relações políticas e econômicas a Leste e a Oeste, desenvolvendo parcerias comerciais com a Europa e os EUA, não abandonando os velhos aliados de Cuba e Rússia (que podem sempre servir de contraponto ao Ocidente na geo-política internacional, especialmente a Rússia sob administração Putin), para além da forte parceria com a China.

Convém, sobretudo, realçar a capacidade do regime em constantemente se relegitimar e inovar nos mecanismos de apropriação privada dos recursos e bens públicos, cada vez mais articulados a nível internacional, mantendo-se as inúmeras distorções políticas da suposta economia de mercado, seja ao nível dos licenciamentos de atividades empresariais, seja de importações de produtos e serviços de rendimento significativo, seja nas ofertas diretas de bens – apartamentos, casas em condomínios e viaturas – que o regime faz regularmente aos membros dos vários segmentos da elite (especialmente em períodos eleitorais), seja no acesso a linhas de crédito bancário, seja no renovado racionamento de divisas disponíveis nos bancos para o público em geral e no acesso seletivo a essas divisas ou na possibilidade da sua transferência para o exterior. Seja ainda, e mais importante que tudo o resto, na insularização da SONANGOL e na manutenção do secretismo na gestão das contas do petróleo, numa promiscuidade entre empresa petrolífera estatal e presidência (ou os seus mais diretos representantes para estratégias empresariais – com destaque para Isabel dos Santos), continuando aqui a residir o essencial do processador de todo o sistema de apropriação privada de recursos e bens públicos, num processo que, como vimos, começou desde cedo, constituindo hoje o pilar do regime hiper-presidencialista de patrimonialismo moderno existente em Angola (VIDAL; PINTO DE ANDRADE, 2011).

Desafios à resiliência do poder hegemônico do MPLA e ao pragmatismo liberal-nacionalista

O crescimento econômico, a expansão distributiva, o investimento em infra-estruturas e em políticas sociais, contribuíram em parte para a renovação da maioria qualificada do MPLA nas eleições seguintes, de 2012 (71,84%), que ainda assim foi inferior à de 2008 (81,64%).

Não entrando na questão das alegadas fraudes eleitorais e na chamada “abstenção induzida”, reclamadas por vários partidos da oposição nas duas eleições, parece certo que o índice de popularidade do MPLA terá baixado em 2012, assim como o interesse da população

em participar no processo, tendo a abstenção triplicado (37,2%) quando comparada com 1992 (12,5%) e 2008 (12,64%), pressagiando novos desafios políticos à estratégia de hegemonia política do MPLA nos termos aqui analisados.

Nas eleições de 2012 alguns outros sinais emergiram, nomeadamente a reestruturação da UNITA em aparelho partidário (que depois dos magros 10,39% em 2008 recuperou para 18,66%) e a emergência da nova coligação eleitoral liderada por Abel Chivukuvuku CASA-CE (*Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral*), transformando-se na terceira força política com 6% dos votos.

Também ao nível da sociedade civil, depois de mais de uma década de medidas que conseguiram de certa forma controlar a primeira vaga de contestação das organizações da sociedade civil, o regime teve de enfrentar uma segunda vaga de contestação e ativismo, por parte de jovens provenientes de uma nova geração. Esta segunda vaga assumiu uma postura bem mais agressiva e dinâmica que a anterior, aumentando a sua visibilidade a partir de 2008 no seio da tradicional área sociogeográfica do MPLA (as camadas mais assimiladas e educadas das zonas suburbanas e peri-urbanas) e ganhando algum ímpeto com a primavera Árabe de 2011. A nova geração optou por manifestações de rua e ataques/acusações diretamente ao presidente, despoletando uma reação desproporcionada e violenta por parte do regime, que em diversas ocasiões reagiu com espancamentos e prisões.³⁵ A prisão de 15 membros destes grupos de jovens contestatários em junho de 2015 e a sua condenação em novembro a pesadas e efetivas penas de prisão (5 a 8,5 anos), incluindo um dos seus mais mediáticos líderes – Luaty Beirão (filho de um antigo membro da elite dirigente e bastante próximo do presidente da República) –, atraiu enorme atenção da mídia internacional (PÚBLICO, 2016) e constituiu mais um sinal de que novos desafios se levantam aos princípios de gestão do poder.

A estes desafios internos juntam-se igualmente os mais prementes e eventualmente mais cáusticos efeitos da mudança das condições internacionais que vigoravam desde 2008, caracterizados pela queda acentuada dos preços do petróleo a partir do segundo semestre de 2014. O prolongamento desta situação aumentará as pressões financeiras sobre todo o sistema de poder clientelar distributivo-cooptativo e alternativas imaginativas terão de ser encontradas à medida que se aproximam as eleições de 2017.

³⁵ Para uma análise dos movimentos de sociedade civil ver (VIDAL, 2015).

Do ponto de vista do nosso artigo, a questão de fundo está em perceber se efetivamente estes sinais representam uma contralógica aos princípios de gestão política, de economia política e de política externa que servem a lógica neo-patrimonial pragmática-liberal tal como se foi afirmando, reestruturando e reforçando esmagadoramente desde 1977 até aos nossos dias.

Ao nível dos partidos, a UNITA, depois da cooptação massiva de quadros e militantes de que foi alvo por parte do MPLA desde a sua derrota militar até às eleições de 2008, demonstrou capacidade de reestruturação de 2008 até às eleições de 2012, patente no aumento da votação obtida. No entanto, o partido deixou uma fraca imagem de democratização interna e de alternativa à lógica dominante ao decidir alterar os seus estatutos antes do XI Congresso, em outubro de 2011, para permitir a reeleição do presidente Samakuva para um terceiro mandato e posteriormente para um quarto mandato no XII Congresso em 2015. Do lado da CASA-CE, o dissidente da UNITA, Abel Chivukuvuku, conseguiu agregar vários pequenos partidos e mesmo dissidentes do MPLA como o Almirante Mendes de Carvalho “Miau” (filho do histórico líder da ala direita nos anos 1970 e 1980 – Mendes de Carvalho “Uanhenga Xito”), procurando criar uma direção que balanceia equitativamente diferentes regiões, sub-regiões e grupos etno-linguísticos por forma a criar uma aliança alargada para fazer face à velha aliança Mbundu/Creolo. Contudo, essa preocupação revela mais interesse em reequilibrar a distribuição num quadro equitativamente mais representativo das habituais identidades sectárias do que combater essa mesma lógica sectária e princípios de cooptação-distribuição do sistema. Trata-se de uma aliança recente de personalidades e pequenos partidos com fraca comunhão de interesses ou de políticas para além da sua determinada oposição ao MPLA e ao seu presidente. As próximas eleições de 2017 poderão ser mais esclarecedoras a este respeito, com a sedimentação de um projeto e programa políticos (até agora não ideologicamente fundamentados) e em face da reação do MPLA que certamente será fortíssima.

No que respeita à contestação dos jovens ativistas da sociedade civil, apesar do enorme midiatismo internacional alcançado nas suas ações e da reação violenta que conseguiram provocar da parte do regime, é preciso ter a noção de que na realidade padecem das mesmas insuficiências da anterior geração de ativistas da sociedade civil – entre elas, o seu confinamento a um relativamente pequeno segmento da população urbana/suburbana, muito influenciado por ideias e movimentos

externos, mas incapaz de atrair a maioria da população e de iniciar um qualquer movimento de massas necessário para qualquer transformação efetiva. Todas as suas ações foram circunscritas e limitadas a não mais do que uma a duas dúzias de elementos, sem um projeto ou ideologia de base de contestação à lógica do sistema, com uma mensagem limitada ao simples derrube do regime do MPLA e, sobretudo, do seu presidente.³⁶

Às tensões referidas juntar-se-ão outras quando se tiver de proceder a uma substituição presidencial, que mais cedo ou mais tarde terá naturalmente de acontecer (podendo ser ou não o ano de 2018, anunciado pelo próprio presidente para a sua retirada, caso o anúncio tenha alguma efetividade). Contudo, só por si, nenhum destes desafios, isoladamente ou em conjunto, mesmo que vinguem, parecem conducentes a uma alteração dos princípios organizativos e da lógica do sistema tal como se vem afirmando ao longo de décadas e que aqui caracterizamos como de matriz pragmático-liberal-nacionalista no que concerne a ideologia/gestão política, economia política e política externa.

Nas análises político-econômicas sobre Angola, regra geral o mais difícil de aceitar (pelos condicionalismos ideológicos de partida de muitos) é que, conforme se constatou em Angola desde o final da década de 1970 até à atualidade, a vitória do atual sistema e dos seus princípios organizativos, originalmente defendidos pela aqui designada ala pragmática-liberal do partido, não são um produto exclusivo de elites burguesas aliadas ao capital internacional para usurpar os recursos do Estado e condenar a maioria da população à miséria. O mais difícil de aceitar é que a estrutura, reforço e resiliência do sistema político-econômico pós-colonial (talvez encontrando paralelo em outros países africanos), depende de uma lógica de apropriação e distribuição e de princípios de gestão político-econômica em boa medida partilhados por uma maioria da população, que pragmaticamente os aceitou desde cedo (a “generalização” referida e criticada por documentos partidários desde o final da década de 1970), porquanto cada um beneficia da situação de acordo com a posição que ocupa na hierarquia da pirâmide distributiva, ainda que isso objetivamente resulte na difícil sobrevivência para a maioria na base da pirâmide social e no enriquecimento e opulência para a minoria nos escalões superiores, mais próximos do chefe.

A ser assim, a deposição do presidente e de suas *entourages* por-si só não representa mudanças de fundo, não existindo soluções imediatas

³⁶ Uma análise aprofundada destes movimentos pode ser encontrada em (VIDAL, 2015).

e de curto-prazo. Movimentos políticos e sociais de efetiva mudança continuarão a necessitar de projeto político com fundamento ideológico, qualquer que seja, mas assumidamente contestatário do atual, com planeamento estratégico e, acima de tudo, capacidade de mobilização de massas, para além dos pequenos grupos de intelectuais ativistas, vanguardistas ou não. Nestes como noutros tempos, a luta poderá estar para continuar, mas a reação passou em força e a vitória certamente não tem estado do lado contestatário ao pragmatismo-liberal-nacionalista, ao longo das últimas quatro décadas solidamente estruturado.

Referências

- BAYART, Jean-François. *The State in Africa, the politics of the belly*. London: Longman, 1989.
- BIRMINGHAM, David. The Twenty-Seventh of May, an Historical Note on the Abortive 1977 Coup in Angola. *African Affairs*, v. 77, n. 309, p. 554-564, 1978.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas*. Trajectórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- _____. “*Estamos Juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.
- COSTA, Jorge; LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco. *Os Donos Angolanos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- FERNANDES, Filipe S. *Isabel dos Santos*. Segredos e Poder do Dinheiro. Lisboa: Casa das Letras, 2015.
- FILIPE, Celso. *O Poder Angolano em Portugal*. Lisboa: Planeta, 2013.
- HODGES, Tony. Angola pins hopes on unique debt strategy. *Financial Times*, New York, 7 July 1987.
- LAMB, David. Angola moving to end isolation from the West and dependency on Cubans. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 3 Dec. 1978.
- _____. Cuban advisers downgraded; Angola turns pragmatic as economy founders. *Herald Tribune*, London, 6 Dec. 1978a.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Dissidences et pouvoir d’Etat: le MPLA face a lui-même (1962-1977)*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Université Paris VII, Paris, 1996.
- MESSIANT, Christine. *1961, L’Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Bâle, Suisse: P. Scltwein Publishing Switzerland, 2006.
- _____. À propos des “transitions démocratiques”, notes comparatives et préables à l’analyse du cas angolais’. *Revista Africana Studia*, Porto, v. 2, p. 61-95, 2001.
- MEYNS, Peter. O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, IICT, Lisboa, n. 2, p. 121-161, 1984.
- MIRANDA, Arlindo. *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*. Bergen Norway: Christian Michelsen Institute, 2004.

- MOREIRA, Vital. Presidencialismo superlativo. *Jornal Público*, Lisboa, 9 fev. 2010.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de, Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. *Journal of Modern African Studies*, London, v. 45, n. 4, p. 595-619, 2007.
- _____. *Magnificent and Beggar Land*. Angola since the Civil War. London: Hurst, 2015.
- OTTAWAY, David. Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy. *Herald Tribune*, London, 27 Dec. 1978.
- SOMERVILLE, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter, 1986.
- VIDAL, Nuno, The genesis and development of the Angolan political and administrative system from 1975 to the present. In: KYLE, Steve. *Lusophone Africa: Intersections between Social Sciences*. Cornell, NY: Cornell Institute for African Development, May 2-3, 2003. p. 1-16.
- _____. Multipartidarismo em Angola. In: VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa e Luanda: Universidade Católica de Angola e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. p. 11-57.
- _____. Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola. In: VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *Sociedade Civil e Política em Angola*. Luanda; Lisboa: Firmamento, 2008. p. 11-40.
- _____. The international institutionalization of patrimonialism in Africa. The case of Angola. In: VIDAL, Nuno; CHABAL, Patrick (Eds.). *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies*. Luanda; Lisboa: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola, Media XXI, 2009. p. 19-44.
- _____. Angolan civil society activism since the 1990s: reformists, confrontationists and young revolutionaries of the ‘Arab spring generation’. *Review of African Political Economy*, London, v. 42, n. 143, p. 77-91, 2015.
- VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*. Luanda: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola; Cha de Caxinde, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Left and Right in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, London, 9, I, p. 5-10, 1971.
- WOLFERS, Michael; BERGEROL, Jane. *Angola in the Frontline*. London: Zed Press, 1983.
- WRIGHT, George. *The Destruction of a Nation, United States’ policy toward Angola since 1945*. London: Pluto Press, 1997.
- ZENHA RELA, José Manuel. *Angola entre o presente e o futuro*. Lisboa: Escher, Agropromotora, 1992.

Documentação Institucional

MPLA, *Discurso pronunciado pelo Presidente do MPLA–Partido do Trabalho Camarada José Eduardo dos Santos na Sessão de Abertura do III Congresso do Partido; pela Paz, Unidade Nacional e Recuperação Económica*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1990.

MPLA. *Seleção de discursos do Camarada Presidente Agostinho Neto*. Luanda: Direção de Informação e Propaganda – DIP, 1978.

MPLA. *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980.

MPLA. *Principais resultados do desenvolvimento econômico-social da RPA no triénio 1978-1980*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980a.

MPLA. *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980b.

MPLA, 1985 *Documentos da Iª Conferência Nacional do MPLA-PT*, de 14 a 19 de janeiro de 1985. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1985.

MPLA. *Relatório do Comité Central ao II Congresso do Partido*, realizado em Luanda de 2 a 10 de dezembro de 1985. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1985a.

Periódicos

WEST AFRICA. London, 23 Octobre 1978.

AFRICA CONTEMPORARY RECORD – ACR. London, v. 11, 1980; v. 12, 1981; v. 15, 1983; v. 16, 1985; v. 18, 1987; v. 21, 1990.

ANGOP – ANGOLA PRESS. Transcrição na íntegra do discurso proferido por José Eduardo dos Santos na sessão de abertura do seminário sobre Saneamento Económico e Financeiro, 17 de agosto de 1987.

AFRICA RESEARCH BULLETIN – ARB. New York, September 1979, December 1980, July 1982, January 1983, October 1984, October 1987.

ASSOCIATED PRESS. London, 2 May 1979.

FINANCIAL TIMES. New York, 14 September 1987; 21 September 1987; 11 July 1979.

AFRIQUE-ASIE. n. 177, 25 décembre 1978, p. 23-25.

GRANDE REPORTAGEM. “Mavinga: a última batalha”, ano I, n. 2, 2ª série, mar./jun. 1990, p. 105-113.

LIBÉRATION. 17 et 20 août 1987.

JEUNE AFRIQUE. n. 1515, 15 janvier 1990.

LE MONDE. Paris, 12 décembre 1978.

O JORNAL. Lisboa, 25 agosto 1989.

PÚBLICO. Lisboa, 28 março de 2016. “Condenação de activistas reforça ideia de que Angola ‘vive uma ditadura’”. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/condenacao-de-activistas-reforca-ideia-de-que-angola-vive-ma-ditadura-1727399?page=-1>> Acesso em: 24 maio 2016.

THE NEW YORK TIMES. New York, 13 December 1978; 18 September 1978.

SURVEY OF WORLD BROADCAST. Resumo da Rádio Nacional de Angola. London, 19 December 1978; 17 January 1979.

REUTERS. London, 8, 28 and 31 December 1982.

THE GUARDIAN. London, 9 May 1979; 25 July 1982.

Legislação

Constituição da República de Angola, *Diário da República*, Iª série, n. 23, 5 de fevereiro de 2010.

Decreto 31/89, *Diário da República Popular de Angola*, Iª série, n. 27, de 15 julho de 1989.

Decreto 34/89, *Diário da República Popular de Angola – DR*, Iª série, n. 27, 15 julho de 1989.

Decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *Diário da República Popular de Angola*, Iª série, n. 27, de 15 julho de 1989.

Recebido: 28 de março de 2016

Aprovado: 08 de maio de 2016

Autor/Author:

NUNO DE FRAGOSO VIDAL <nunofragosovidal@gmail.com>

- Pesquisador angolano na área de Estudos Africanos (Ciência Política/História da África), doutor em *Political Studies* pelo *Kings College* de Londres, com publicações centradas no caso angolano e em outros países da África austral, com projetos a decorrer no ISCTE-IUL, Cefet-RJ, UCAN. É autor, entre outros, de *Angolan civil society activism since the 1990s* (ROAPE, 42:143, 77-91, 2015) e de *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations* (2011).
- Angolan researcher in the area of African Studies (Political Sciences/African History), PhD in *Political Studies* by the *Kings College* in London, with publications centered in the angolano case and other countries of Southern Africa, with currently running projects in the ISCTE-IUL, Cefet-RJ, UCAN. He is the author of, between other works, *Angolan civil society activism since the 1990s* (ROAPE, 42:143, 77-91, 2015) and of *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations* (2011).